

O debate começa a mudar

ARMINIO FRAGA NETO

O debate nacional sobre a política econômica nos últimos meses foi de uma pobreza singular, destacando-se a quase absoluta ausência de propostas concretas de mudança de rumo. Todo mundo quer crescer, mas ninguém diz como. Não há como negar que a recessão iniciada em meados do ano passado ainda amedronta a Nação, apesar dos sinais concretos de reversão de trajetória. Para se entender a atuação do Governo, é necessário entender o diagnóstico das causas do problema.

O Plano Real acabou com a hiperinflação, mas explicitou desequilíbrios que exigiam correção. Em primeiro lugar, o Governo continuou gastando mais do que arrecadava. O resultado primário (excluindo a conta de juros) consolidado das esferas de governo chegou a um déficit de 1% do PIB em 1997, levando a uma trajetória ascendente da dívida do Governo, o que por sua vez ameaçava a qualidade do crédito do setor público e, por conseguinte, da economia como um todo.

Em segundo lugar, com a valorização em termos reais da taxa de câmbio, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos vinha exibindo tendência também ascendente, mesmo com a desaceleração da economia a partir de 97. A combinação dessas duas tendências forçou as taxas de juros para cima, o que agravou o quadro de crescimento explosivo da dívida e colocou a economia num perigoso círculo vicioso recessivo. A análise dos dados mostra que a recessão começou aproximadamente em junho do ano passado.

O quadro foi agravado por dois fatores externos. Por um lado, o Brasil sofreu, a partir do início de 98, significativa perda nos preços de suas exportações, perda que foi agravada por um aumento nos preços das importações, com destaque para o preço do petróleo. A perda pode ser

quantificada a partir da chamada relação de trocas, que divide o preço das exportações pelo das importações. Esse índice caiu cerca de 12% em 1997/1998, portanto, antes da flutuação da taxa de câmbio, tendo em 1999 caído mais 12% (em parte por causa do petróleo, mas também por causa da própria desvalorização).

Por outro lado, a moratória russa de agosto de 98 reduziu drasticamente nosso acesso a crédito externo, especialmente de curto prazo, que àquela altura tinha um peso importante no financiamento do déficit em conta corrente. A resposta do Governo a esses problemas macroeconômicos veio em duas frentes. Já antes das eleições, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou publicamente que chegara o momento de reverter a trajetória potencialmente explosiva da dívida interna do país através da geração de um superávit primário nas contas públicas consolidadas no triênio 1999/2001. Em seguida, e cedendo às pressões do balanço de pagamentos, o Governo deixou flutuar a taxa de câmbio.

Num primeiro momento a reação da sociedade às mudanças foi de pânico. As previsões para o ano de 1999 feitas no calor da batalha falavam de queda no PIB de 4% a 6%, de uma inflação entre 30% e 60% e de uma taxa de desemprego de dois dígitos. Essas previsões não se confirmaram por várias razões, dentre as quais cabe destacar a confirmação da virada fiscal, a adoção do sistema de metas para a inflação e o apoio financeiro do FMI e dos bancos internacionais.

A partir dessa resposta de política econômica foi possível uma redução significativa da taxa de juros, que atinge hoje seus mais baixos níveis em termos reais em anos. A economia já acumula dois trimestres de crescimen-

to e pode chegar a uma taxa positiva para o ano. Caminha também para uma inflação próxima da meta de 8% para este ano e para um déficit em conta corrente bem inferior ao de 98, e integralmente financiado por investimento de longo prazo.

A política econômica mudou, e os resultados já começam a aparecer. Apesar de um desempenho melhor do que o esperado há não mais do que uns poucos meses, restam ainda dúvidas quanto à capacidade de o Governo sustentar esta ainda tênue retomada do crescimento.

Tais dúvidas advêm não só do lado macro, onde se questiona a trajetória futura dos superávits primários, mas também da capacidade de o Governo promover importantes reformas microeconômicas sem as quais será difícil a obtenção dos ganhos de produtividade necessários à retomada sustentada do crescimento. Do lado macrofiscal, tem-se pelos resultados deste ano e do ano que vem. Para este ano, apesar da crise política, as metas estão sendo atingidas.

Para o ano que vem, as dúvidas foram em grande parte sanadas com a apresentação simultânea do orçamento para 2000 e do programa plurianual Avança Brasil. O Avança Brasil, em particular, é uma resposta séria àqueles que criticam as políticas do Governo sem, no entanto, apresentar sugestões concretas na área do gasto e do investimento públicos.

Resta então o longo prazo fiscal. Aqui, a proposta do Governo é clara: reforma da Previdência e Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua aprovação dará ao país condições de prosseguir na real retomada do crescimento.

Do lado da eficiência e da produtividade, os projetos do Governo foram brilhantemente apresentados por um importante líder da "oposi-

ção" caseira, o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que, aliás, defendeu também a continuidade do equilíbrio orçamentário como "condição absolutamente necessária para o desenvolvimento sustentado". Em seu artigo ("O Estado de S. Paulo", 5/9/99), Luiz Carlos aponta para a importância da reforma tributária, sem dúvida prioridade da Fazenda, da reforma das leis trabalhistas em geral, prioridade do Ministério do Trabalho, e da redução do custo bancário e do capital em geral no Brasil, projeto que nós iniciamos há tempo no Banco Central seguindo a orientação do presidente Fernando Henrique. Luiz Carlos gostaria de um ritmo mais acelerado. Nós também.

Até o artigo do Luiz Carlos, o debate era lamentavelmente pobre, tendendo sempre à fulanização vazia típica dos momentos de fundo de poço da economia e de ajuste fiscal. A maioria dos críticos da atual política via-se diante de duas opções igualmente complicadas: pregar a volta da gastança, o que alguns faziam na prática mas não admitiam em público; ou, respeitado o orçamento, propor cortes em certas áreas para cuidar melhor de outras, o que nunca ouvi, nem no escuro a prova de som. Esse último ponto é essencial. Boa parte da pressão sobre a Fazenda e o Planejamento vem daí. Numa sociedade democrática, o orçamento é a peça fundamental do jogo. Lá discutem-se de forma transparente as opções para a alocação de recursos escassos. Fugir dessa discussão é antidemocrático, além de ineficiente, pois acaba gerando déficit e/ou inflação, o que inibe o crescimento.

O debate começa a mudar. Há vários pontos maduros nas agendas do Executivo e do Legislativo. Vamos a eles com pressa e confiança, pois os resultados já começam a aparecer e o Brasil não merece esperar.

A política econômica mudou e os resultados já começam a aparecer